

**AMAZÔNIA** Área desmatada entre 2000 e 2001 é estimada em 15.787 km<sup>2</sup>, pouco mais que a metade da área de Alagoas

# Governo aponta declínio de 13% em desmatamento

LEILA SUWWAN

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O governo federal anunciou ontem uma queda projetada de 13,4% na taxa anual de desmatamento da Amazônia, que foi de 18.226 km<sup>2</sup> entre 1999 e 2000, para 15.787 km<sup>2</sup> em 2000/2001 (pouco mais da metade da área de Alagoas). Apesar de serem, a princípio, uma boa notícia, os dados foram recebidos com cautela pelo próprio governo, devido a um erro na projeção do biênio anterior (leia texto na pág. A16).

No total, 15% da floresta amazônica — 600 mil km<sup>2</sup> de uma área de cerca de 4 milhões de km<sup>2</sup> — já foram desmatados. Aproximadamente 120 mil km<sup>2</sup> de área desmatada estão abandonados.

O estudo do desflorestamento é baseado em 229 imagens de satélite feitas pelo Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). Mais de 80% da taxa de desmatamento se concentra em 21% da área estudada. Do total desmatado entre 1998 e 2001, 70% foi realizado em 43 municípios.

A margem de erro da estimativa é de 2,5 pontos percentuais.

## Satisfação parcial

Apesar de o presidente Fernando Henrique Cardoso ter elogiado a queda projetada do índice e atribuído a boa notícia ao trabalho do Ministério do Meio Ambiente, apenas a “tendência de declínio” foi celebrada pelo ministro José Carlos Carvalho.

“O governo ainda não está satisfeito com a taxa”, disse Carvalho.

Para os ambientalistas, é cedo para dizer que o desmatamento está de fato caindo. “A flutuação dos números não mostra uma queda consistente durante o tempo”, disse Paulo Moutinho, do Ipam (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia).

O declínio foi constatado em 97/98. No período anterior (96/97), foi registrado o menor índice de desmatamento do governo Fernando Henrique Cardoso: 13.227 km<sup>2</sup>, redução se seguiu a uma explosão catastrófica no desmatamento em 1994/95 (veja o quadro acima, à direita).

O governo citou como fatores que levaram à redução do desmatamento a atualização da legislação do setor, a contenção dos assentamentos na região e o apoio logístico das Forças Armadas na fiscalização da floresta.

“Antes os instrumentos do Ibama [Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis] eram inócuos para prevenir o desmatamento. Apenas se punia”, disse Carvalho, lembrando que os infratores preferiam pagar as “multas irrisórias” impostas pelo órgão.

Hoje o desmatamento é crime e as multas ambientais variam de R\$ 4.900 a R\$ 50 milhões.

Para o governo, o declínio será mantido devido à futura implantação do Sivam (Sistema de Vigilância da Amazônia), à contratação de técnicos concursados e ao zoneamento ecológico da região.

A fiscalização é feita por observação aérea, apelidada de “sistema tupiniquim”, porque não usa tecnologia de ponta, no qual técnicos sobrevoam a região e apontam os locais onde está ocorrendo, em tempo real, o desmatamento. O desflorestamento é paralisado em seguida.

O zoneamento deve estar completo nos municípios críticos até 2003 e determinará quais são as áreas onde o desmatamento é viável para o desempenho de atividades como a agropecuária. O licenciamento do Ibama seguirá o modelo usado em Mato Grosso, que

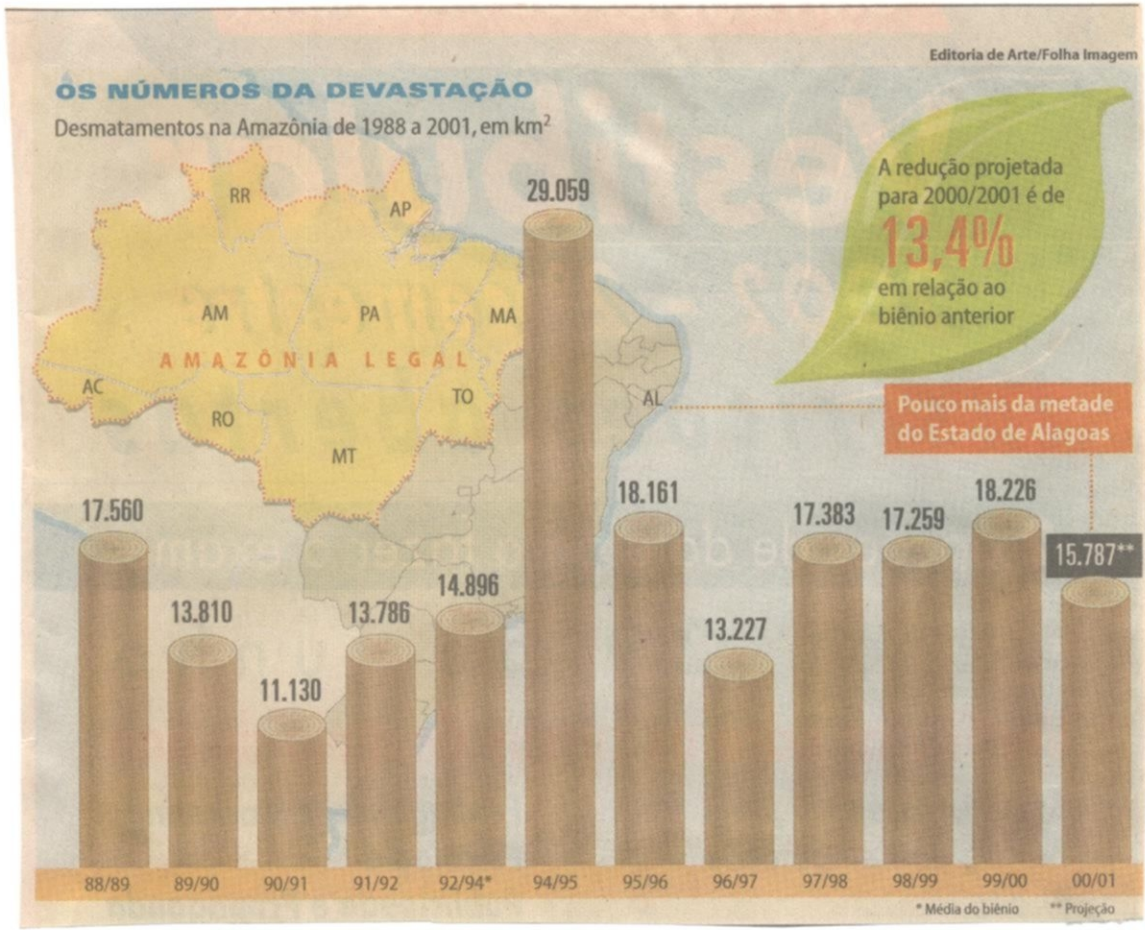
inclui imagem de satélite do local.

Também deverão ser priorizados projetos econômicos de uso do solo que não precisem recorrer ao desflorestamento.

Pelo ministério, 189 milhões de metros cúbicos de madeira em tora foram apreendidos em 2001,

78% a mais que em 2000. A quantidade de madeira serrada confiscada cresceu 66%, chegando a 33 milhões de metros cúbicos.

→ LEIA MAIS sobre os números do desmatamento na Amazônia na pág. A16



## AMAZÔNIA Para MMA, cifra do Inpe não orienta intervenção

# Análise dos dados de devastação provoca conflito entre agências

DA REDAÇÃO E  
DA REPORTAGEM LOCAL

A apresentação dos resultados de desmatamento na Amazônia foi recebida com cautela pela Scam (Secretaria de Coordenação da Amazônia) do Ministério do Meio Ambiente. Para o órgão, os números podem estar alimentando um otimismo infundado.

“Estamos um pouco inseguros. Preocupa-nos saber se houve mesmo uma queda”, disse à Folha a secretária Mary Allegretti.

Para começar, o Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) precisou explicar um erro feito na

projeção do biênio anterior (1999/2000). Segundo o instituto, a margem de erro entre a projeção e os dados consolidados daquele período não passava de 4,5%.

Entretanto, fazendo as contas entre a projeção e o resultado final, o valor a que se chega é quase o dobro, 8,1% (19.836 km<sup>2</sup> desmatados pela projeção, uma alta de 15% em relação ao biênio anterior, e dados finais de 18.226 km<sup>2</sup>). O conflito colocou em xeque a qualidade das estimativas iniciais.

O Inpe afirma que seus números continuam sólidos. Uma das páginas do relatório que o instituto pretende divulgar a partir de

hoje na internet ([www.inpe.br](http://www.inpe.br)) se dedica a explicar o que aconteceu.

Segundo João Roberto dos Santos, coordenador do trabalho do Inpe, o erro não passou mesmo de 4,5%. Houve, sim, uma falha na projeção inicial, causada por problemas no novo programa de computador que o instituto criou para calcular a estimativa.

As projeções do Inpe são feitas com cerca de 50 imagens, de um total de 229, que procuram representar as áreas mais afetadas da Amazônia Legal. “Projetamos o valor para toda a floresta com base nessas 50”, diz Santos.

Pela metodologia de análise das imagens adotada pelo instituto, o valor para os 49 quadros usados na projeção de 1999/2000 deveria ter sido 14.603 km<sup>2</sup>. Mas o valor oferecido pelo programa foi de 15.184 km<sup>2</sup>. Daí a discrepância.

A Scam resolveu não adotar a análise do Inpe para planejar suas atividades de intervenção na Amazônia. “É um dado importante, mas para fins de intervenção não é um instrumento adequado”, diz Allegretti.

Segundo Allegretti, uma das dúvidas em relação à metodologia do Inpe é sobre o sistema de amostragem usado para projetar o desmatamento. Ao analisar imagens de satélite de áreas muito críticas, corre-se o risco de focalizar a projeção em regiões muito alteradas, onde já não há mais o que desmatar.

As políticas do MMA para a Amazônia estão se baseando numa outra metodologia de análise de imagens de satélite, adotada pelo Estado de Mato Grosso para o licenciamento de propriedades rurais e que está sendo implantada em Rondônia e no Pará.

O Inpe enviará uma equipe para fazer uma auditoria sobre a metodologia de Mato Grosso na semana que vem, para esclarecer as diferenças de resultado. (CLAUDIO ANGELO E SALVADOR NOGUEIRA)